

ILUSTRÍSSIMO(a) SENHOR(a) PREGOEIRO(a) DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS – FUA

Pregão Eletrônico nº: 90024/2024

Processo Administrativo nº 23105.039367/2024-26

Objeto: Aquisição de Equipamentos Laboratoriais Médico me Patologia (EMP) para o Laboratório de Patologia do Departamento de Patologia e Medicina Legal da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Amazonas (LP/DPML/FM-UFAM).

LEICA DO BRASIL IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Das Nações Unidas, nº 14.401, Ed. Parque da Cidade, Torre B, 5º andar, Torre B3, Sala 02, Vila Gertrudes, CEP 04794-000, inscrita no CNPJ nº 52.201.456/0001-13, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, dentro do prazo legal, apresentar suas

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

interposto pela CPM-Comércio Importação e Exportação de Equipamentos para Saúde LTDA., consoante as razões que seguem.

I. DA SÍNTESE DO RECURSO

Em apertada síntese, a Recorrente alega que teria tido as suas propostas indevidamente desclassificadas do certame, em relação aos itens 22, 23, 25 e 27, do Edital 65/2024, visto que, as referidas desclassificações teriam ocorrido sem a observância do direito da Recorrente ao contraditório e à ampla defesa, e ainda, supostamente, sem a apresentação de uma motivação detalhada e fundamentada pela Comissão Licitante.

Nesse cenário, a Recorrente alega em suas razões recursais que a r. decisão de desclassificação de sua proposta deveria ser reconsiderada, pois, a suposta ausência de motivação e de oferecimento de espaço para a apresentação de sua defesa estariam comprometendo a regularidade do ato administrativo que determinou sua desclassificação.

Ademais, a Recorrente invoca os fundamentos da administração pública para sustentar o seu pedido, à luz da narrativa de que a Ilustre Comissão Licitante teria afrontado os princípios do contraditório e da ampla defesa, da necessária motivação, da estrita vinculação ao edital e o princípio da isonomia.

Diante do exposto, a Recorrente pleiteou neta sede pela reconsideração da desclassificação de sua proposta, bem como, pela reavaliação da documentação apresentada por ela na fase de habilitação das propostas, a fim de continuar na disputa.

II. DA VERDADE DOS FATOS

Preliminarmente, deve-se esclarecer que, quanto ao Item 22 do Edital em tela, a r. decisão recorrida desclassificou a proposta da Recorrente após a apresentação e análise dos documentos de sua proposta, por entender que a proposta apresentada pela Recorrida seria mais adequada e vantajosa para a Administração Pública, além de apresentar o melhor lance da disputa.

Assim, cabe evidenciar que, conforme registrado no Termo de Julgamento do Pregão 90024/2024, a proposta da Recorrente foi motivadamente desclassificada da disputa, pois, as características do produto ofertado para o item 22 não atendiam às exigências do Edital, conforme manifestações do Sistema para a Recorrente (26.159.355/0001-11) registradas em 29/10/2024:

Sistema para o participante 26.159.355/0001-11	29/10/2024 10:55:01	Conforme manual de instruções enviado pela empresa não há referência sobre unidade de transferência de lâmina para montador automático, assim como no site visto que a marca não tem equipamento de montagem automática de lâminas (VER site). Outro ponto importante é que o mínimo de 15 programas de coloração não foi cumprido havendo apenas 10 programas conforme descritivo contido no prego.
Sistema para o participante 26.159.355/0001-11	29/10/2024 10:55:31	O equipamento, apesar de com tampa, trabalha com reagentes voláteis submetidos a temperaturas maiores para um melhor processamento, que gera aumento do volume de gases. A solução para isto é influxo destes gases para um filtro de carbono, para purificar o Ar ambiente evitando inalação de nossos servidores, o que pode gerar danos a saúde. Conforme manual de Instrução e informações no site o equipamento não é equipado com tal dispositivo de
Sistema para o participante 26.159.355/0001-11	29/10/2024 10:55:40	segurança em saúde do trabalho.
Sistema para o participante 26.159.355/0001-11	29/10/2024 10:55:55	Outra importante característica que o equipamento não atende é que para processar ao menos 10 cestas automaticamente, as mesmas são carregadas na gaveta de entrada ou "upload" (2 porta lâminas), sendo então necessária a intervenção humana para carregar a gaveta com mais dois porta lâminas.
Sistema para o participante 26.159.355/0001-11	29/10/2024 10:56:07	A gaveta de saída "download" tem capacidade para 3 porta lâminas havendo sinalização alarme sonoro para que a estação de descarga seja esvaziada. Para atender as universidades nestes tempos de crise de RH precisamos de um equipamento que carregue ao menos 10 cestas de lâminas e inicie o processo por programação de retardo após o expediente.
Sistema para o participante 26.159.355/0001-11	29/10/2024 10:56:37	Como fazer isso no processamento noturno (overnight) após o expediente, sem a presença de nossos servidores? Isso fica evidente no vídeo abaixo aos 00:14 e 01:31 segundos quando a pessoa que está executando o procedimento abre a gaveta de entrada (upload) e lá há apenas 2 espaços e no manual de instrução conforme foto extraído do mesmo.

Além dos pontos destacados pela Ilustre Comissão Licitante, deve-se evidenciar também que a proposta do item 22 da Recorrente apresentou um equipamento com um descritivo incompleto, bem como, com inequívocas características divergentes das solicitadas pelo Edital 65/2024, conforme destaca-se:

Requisito do Edital - Item 22	Proposta apresentada pela Recorrente
Equipamento: de funcionamento automático para coloração de lâminas histológicas capaz de fazer várias técnicas de coloração (protocolos diferentes ou similares) simultaneamente otimizando a rotina;	Ok
Acoplável à montador de lâminas diretamente ou por meio de estação de transferência;	Não indicado na proposta Recorrente;
Estrutura física (Hardware): Painel frontal Cristal líquido ou LCD ou LED;	Não indicado na proposta Recorrente;
Com tela ou teclas sensíveis ao toque;	Ok
Sistema de acondicionamento de lâminas por gavetas que podem ser retiradas e inseridas, com porta lâminas, sem interrupção do programa de coloração em execução;	Ok
Ao menos 26 estações, sendo ao menos (17) para reagentes, ao menos 4 para água (lavagem lâminas);	Ok
Com fluxo de água contínuo;	Não indicado na proposta Recorrente;
Automaticamente acionadas pela programação, cubas (estações), capacidade de ao menos 320mL, de reagentes (corantes, álcool etc.);	Ok
Tampa protetora;	Não indicado na proposta Recorrente;
Forno com ventoinha integrada ou sistema de aquecimento de lâminas;	Não indicado na proposta Recorrente;
Capacidade de coloração de ao menos 10 porta-lâminas (mínimo de 20 lâminas cada) OK simultâneos com produtividade resultante de ao menos 200 lâminas/programação OK Independente da intervenção humana (automação de protocolo);	Ok

Com transferência automática direta ou por unidade de transferência para montador automático de lâminas;	Não indicado na proposta Recorrente;
Ao menos uma entrada USB;	Não indicado na proposta Recorrente;
Sistema de exaustão por filtro de carvão ativado;	Não indicado na proposta Recorrente;
Ao menos 10 porta lâminas inclusos. Ao menos 22 recipientes para reagente;	Ok
Mangueira de drenagem de água;	Não indicado na proposta Recorrente;
Tampa frontal;	Não indicado na proposta Recorrente;
Filtro(s) de carbono ativado;	Não indicado na proposta Recorrente;
Sistema operacional (software): Protocolos com número de etapas e tempo editáveis para adaptação aos protocolos laboratoriais locais;	Não indicado na proposta Recorrente;
Ao menos 15 memórias para edição de protocolos de coloração;	Indicado 10 na proposta Recorrente
Com ao menos 25 passos, com sequência, tempo de imersão (incubação);	Não indicado na proposta Recorrente;
Agitação de porta lâminas ajustável;	Ok
Capacidade de armazenamento de ao menos 15 programas;	Indicado 10 na proposta Recorrente
Tensão: 110V ou bivolt. Registro na ANVISA e demais certificações inerentes a esse tipo de equipamento. Acoplamento a unidade de montagem de lâminas: Deve permitir transferência direta ou por meio de unidade de transferência, das porta lâminas, para equipamento de montagem após a coloração sem intervenção humana (automação);	Não indicado na proposta Recorrente;
Acessórios: Ao menos 10 porta lâminas extras;	Não indicado na proposta Recorrente;

Ademais, cabe considerar que a Recorrente foi convocada para apresentar os documentos de sua proposta em relação ao item 22 da disputa, os referidos documentos foram analisados, e, com base nas divergências destacadas acima, a proposta recorrente foi motivadamente desclassificada da disputa.

Dessa forma, inequivocamente, resta-se demonstrada a inadequação da proposta ofertada pela Recorrente, bem como, a fundamentação da decisão recorrida em tela.

Portanto, por qualquer que seja a ótica analisada, não há de se falar em afronta aos princípios do contraditório pela r. decisão recorrida, ou ainda, em irregularidade do ato administrativo praticado pela Ilustre Comissão Licitante, conforme passa-se a tratar.

III. DAS RAZÕES PARA A MANUTENÇÃO DA R. DECISÃO RECORRIDA

Conforme já exposto, pode-se demonstrar que a r. decisão recorrida desclassificou a proposta da Recorrente por entender expressamente que a proposta apresentada não atendia aos requisitos técnicos do Item 22 do Edital 65/2024 do presente pregão, em fiel cumprimento ao princípio da estrita vinculação ao edital, desenvolvido mais adiante.

Não obstante, restou demonstrado também que a Ilustre Comissão Licitante fundamentou os motivos da desclassificação da proposta recorrente, e ainda, abriu prazo para o recurso da Recorrente, cumprindo fielmente com os princípios da necessária motivação da decisão, da isonomia, do contraditório e da ampla defesa.

Log, dois dos princípios basilares da licitação são (i) o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, o qual determinar a apresentação da proposta em consonância às exigências contidas no Edital, e (ii) o princípio da eficiência, o qual determina que o agente público deve apresentar o melhor resultado possível de suas atribuições, para lograr os melhores resultados no processo de licitação.

Nesse sentido, uma vez que a proposta da Recorrente não cumpriu com as exigências contidas no item 22 do Edital, conforme aqui demonstrado, e ainda, não apresentou o menor preço da disputa, entende-se que a sua proposta não pode ser reclassificada para o certame, sob pena de afronta ao princípio da eficiência e todos os demais fundamentos do artigo 5º, da Lei 14.133/24:

“Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as

disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).” (g.n.)

Os mesmos princípios são elencados de forma expressa pelo Decreto nº. 10.024, de 20 de setembro de 2019 que trata do Pregão na forma Eletrônica, e seriam igualmente violados pela eventual reclassificação da proposta da Recorrente no certame, como se vê *in verbis*:

“Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.” (g.n.)

Bem como defende a jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União, e os Tribunais de Justiça Estaduais:

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - MANDADO DE SEGURANÇA - DIREITO ADMINISTRATIVO - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. 1 - O edital é a lei interna do procedimento licitatório, sendo imprescindível a observação e cumprimento de seus requisitos. 2 - Tendo em vista o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, cabe à Administração Pública e seus administrados procederem aos limites do edital, sob pena de nulidade do procedimento licitatório. (TJ-MG - Agravo de Instrumento: 2006494-04.2023.8.13.0000, Relator: Des.(a) Jair Varão, Data de Julgamento: 23/11/2023, 3ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 29/11/2023)

REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. POSSÍVEIS IRREGULARIDADES EM PREGÃO ELETRÔNICO. CONSTATAÇÃO DE ALGUMAS FALHAS RELACIONADAS À INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. PROCEDÊNCIA PARCIAL. DETERMINAÇÃO. O princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração e o licitante a observarem as regras e condições previamente estabelecidas no edital. (TCU 00199520091, Relator: MARCOS BEMQUERER, Data de Julgamento: 15/02/2011)

REPRESENTAÇÃO. IRREGULARIDADES HAVIDAS EM PREGÃO PRESENCIAL. OITIVA DOS RESPONSÁVEIS E DE TERCEIRO INTERESSADO. CONHECIMENTO. PROCEDÊNCIA PARCIAL. REJEIÇÃO PARCIAL DAS RAZÕES. EXISTÊNCIA DE VÍCIOS INSANÁVEIS A COMPROMETER A ISONOMIA, A VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, O JULGAMENTO OBJETIVO, O CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME, ALÉM DE

VIOLAREM OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE, DA ECONOMICIDADE, DA LEGALIDADE E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA. APLICAÇÃO DE MULTA. FIXAÇÃO DE PRAZO PARA EXATO CUMPRIMENTO DA LEI, NO SENTIDO DE ADOTAR AS PROVIDÊNCIAS PARA ANULAÇÃO DO CERTAME. DETERMINAÇÃO. A violação de princípios básicos da razoabilidade, da economicidade, da legalidade e da moralidade administrativa, e a desobediência às diretrizes fundamentais da licitação pública, no caso, a isonomia entre licitantes, o julgamento objetivo, a vinculação ao instrumento convocatório, bem como o caráter competitivo do certame constituem vícios insanáveis que ensejam a fixação de prazo para exato cumprimento da lei, no sentido de declarar a nulidade do certame. São plenamente vinculados os atos praticados no âmbito do procedimento licitatório, uma vez que estes devem obedecer às regras definidas na lei e no edital a que estão jungidos, não cabendo aos responsáveis deliberadamente ignorá-las; (...) (TCU 01654720099, Relator: WALTON ALENCAR RODRIGUES, Data de Julgamento: 05/11/2009). (g.n.)

Portanto, consoante a todo ordenamento jurídico pátrio, bem como ao ensinamento doutrinário, e a jurisprudência consolidada, a proposta ofertada deve seguir estritamente aos ditames do Edital e o Agente Público deve atuar à luz da eficiência buscando os melhores resultados em suas atribuições, ao passo que, seria confrontar os referidos princípios reclassificar uma proposta motivadamente e fundamentadamente desclassificada da disputa, e que ainda, não apresentava o menor lance do certame.

III. CONCLUSÃO E PEDIDO

Assim, a postura da Recorrente ao interpor recurso genérico, sem possuir embasamento para a reconsideração pleiteada, deve ser prontamente rechaçada pelo órgão licitante.

Portanto, o recurso apresentado pela Recorrente não merece provimento, já que consiste em simples objeção do vencido, sem qualquer fundamento, como demonstrado acima, devendo ser mantida a declaração da Recorrida como vencedora do Item 22 do certame, pois, apresentou a proposta mais vantajosa, com atendimento a todas as especificações do edital e economicidade.

Termos em que pede deferimento,

São Paulo, SP, 21 de novembro de 2024.

Leonardo Teixeira
Diretor Geral
R.G: 25.770.964
CPF: 069.424.497-09

Francisco Ribeiro Suman
Gerente de Projetos Comerciais
RG: 32.150.867-1
CPF: 216.681.278-30